

**Intervenção do
Sr. Eng^o Pedro Sampaio Nunes
Secretário de Estado da Ciência e
Inovação**



Antes de mais, gostaria de prestar a minha homenagem ao Senhor Prof. Veiga Simão, primeiro orador desta manhã, porque é sem dúvida uma pessoa que já marcou o seu lugar na história recente de Portugal, que a marcou em várias áreas e sempre com mérito inquestionável. É essa a razão pela qual o Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior tem recorrido ao seu apoio em vários sectores da sua actividade.

Seguidamente gostaria, na pessoa do Sr. Presidente do Conselho Directivo, do Prof. Manuel Almeida também membro do Conselho Directivo e na pessoa do Sr. Presidente do Conselho Científico do ITN, de referir o percurso fascinante do que foi o escol científico, inicialmente criado na Junta de Energia Nuclear, e que depois, como foi já relatado, derivou em vários Institutos, que ainda hoje são o suporte do funcionamento de áreas tão relevantes para a política da Ciência, da Investigação e da Inovação, como sejam, o ITN, o INETI, e também outros departamentos que existem sobretudo na área da saúde e na área do ambiente.

Tive o prazer de visitar, há cerca de dois anos e pouco, este Instituto, exactamente nesta mesma sala, para apresentar o “Livro Verde da Segurança de Abastecimento de Energia para a Europa”, do qual tinha sido autor por força das minhas responsabilidades na Comissão Europeia.

Gostaria na minha intervenção, que não quero que seja muito longa, de ir um pouco contra esta atmosfera de lamúria e de choro permanente que encontro num país que recebe, há 15 anos, 2 milhões de contos por dia. Alguma coisa aconteceu mal, no nosso destino colectivo, quando ao recebermos 2 milhões de contos por dia não fomos capazes de criar condições para gerar riqueza e nos tornarmos auto-sustentáveis. Se fizermos uma comparação histórica, lembra o que se passou com os ouros do Brasil. Olhando mesmo para o lado, vemos que há países com a nossa dimensão ou mesmo menor, também sem recursos naturais, que foram capazes de passar do último lugar da tabela europeia para os lugares cimeiros do desempenho económico, no mesmo prazo de tempo. Acho que isto nos leva a todos a interrogarmo-nos porque é que estamos nesta situação.

Enquanto fiz parte da equipa de negociação para a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia e durante o período em que estive em Bruxelas, sempre tive essa preocupação. Foi também uma razão para ter aceite este

desafio, de quebrar com uma vida já estabelecida no Centro da Europa, e voltar para o país que é o meu, para tentar de algum modo colaborar nesta análise de ver porque é que nós não progredimos como os outros.

Acho que na área da ciência essa razão não é muito difícil de encontrar. Há um ciclo vicioso, que se instalou no nosso sistema científico, que é o de recorrermos aos meios mais fáceis para financiar este tecido científico, através do Orçamento Geral do Estado e dos Fundos Estruturais de Bruxelas. Ora, isso não nos permite, por um lado, compararmo-nos com os melhores em termos europeus - e hoje a concorrência faz-se em termos globais e não em termos regionais - e por outro lado, são fundos, sujeitos a quotas, destinados a serem utilizados e não temos que nos esforçar para os obter.

A grande ruptura a introduzir na nossa política científica e de inovação é olhar para os fundos de investigação europeia, onde nós captamos apenas um terço do que capta a Grécia, e tentarmos arranjar parcerias com a indústria que nos permitam alavancar o desenvolvimento do tecido científico e bem entrosá-lo com o tecido empresarial. É evidente que isto não é uma panaceia que seja justificada em todos os sectores. Por exemplo, o Sr. Prof. Veiga Simão está neste momento a presidir a um grupo de trabalho que pretende trazer para Portugal uma Universidade ligada à saúde, nomeadamente, às tecnologias nucleares relacionadas com essa área. Os investigadores devem ter a preocupação, quotidiana, de ver como é que podem transformar o seu trabalho científico num serviço a que a Sociedade reconheça valor.

De qualquer modo, para além desta primeira reacção a algo que aqui foi dito, tenho algumas boas notícias a anunciar: por um lado, o grupo de trabalho que foi anunciado já pelo Prof. Montalvão e Silva sobre os Laboratórios de Estado, vai iniciar rapidamente as suas funções, e vai verificar, na base do trabalho que já foi feito por painéis internacionais, quais as condições que neste momento estão a servir de barreira ao bom desempenho destes Laboratórios de Estado. Nelas estão incluídas, a falta de autonomia administrativa e financeira, e outras questões que neste momento não permitem que haja um suficiente rejuvenescimento do quadro destes organismos para poderem participar completamente numa estratégia que pretendemos galvanizadora e entusiasmante, para pôr este país a pensar em termos de inovação.

Para além dessa análise que vai ser agora feita, há também a ideia que já foi aqui referida, e à qual dei o apoio mais entusiástico, da criação de um pólo Tecnológico no *campus* do ITN. Para isso, o Sr. Presidente do INETI e o Sr. Presidente do ITN vão começar a pensar de que modo é possível rentabilizar este património comum - e que foi, com visão, descoberto pelo Sr. Prof. Veiga Simão - em termos de criar um verdadeiro centro de excelência nas áreas que são afins das tecnologias nucleares. Um primeiro passo é dado com a deslocação para o *campus* do ITN, do laser terawatt, que vem do Instituto Superior Técnico, bem como possivelmente também, o Centro de Fusão Nuclear, começando, assim, a criar-se aqui massa crítica que possa depois expandir-se a outras áreas no âmbito destas tecnologias.

Por outro lado, foi também referido que o futuro e a rentabilização do reactor devem ser estudados de forma a poder alargar a sua utilização a outros estados membros, a fim de melhor viabilizar a sua utilização e também, ter acesso a fundos que existem e que não são utilizados, para financiar este tipo de infra-estruturas de investigação. Penso que também há trabalho a fazer para alargarmos a países terceiros com quem temos ligações privilegiadas de colaboração científica.

Gostaria também de fazer uma referência a uma autorização recente para a abertura de concurso para investigadores principais. Esse concurso vai ser aberto e vai trazer algum ânimo ao corpo de investigadores que têm trabalhado com grande denodo face às limitações existentes. No entanto, tenho de reconhecer que se a motivação nem sempre é a melhor, pela apresentação do Prof. Manuel de Almeida constatamos que não estamos a falar de um corpo moribundo, mas sim de um corpo bem vivo e que faz um trabalho sério e reconhecido.

Não gostaria de terminar sem fazer referência a um facto que surgiu nos meios de comunicação social, ligado a um trabalho recente de que fiz parte, sobre a avaliação das alternativas para a redução da nossa dependência do petróleo. Isto porque tem muito a ver com aquela que foi a razão de ser da Junta de Energia Nuclear, para a qual o País se preparou cerca de 30 anos. Uma das vocações do ITN é manter a capacidade científica na área nuclear, não só para estar a par das várias soluções a mais longo prazo como a fusão nuclear, acompanhando os desenvolvimentos da cisão nuclear (neste momento já com disponibilidade da terceira geração de reactores) e os trabalhos conduzidos sobretudo pelos Estados Unidos da América, que congregam toda a comunidade científica internacional para a chamada quarta geração dos reactores de cisão.

Enquanto Secretário de Estado da Ciência e Inovação e com experiência acumulada na área da energia que abrangeu todos os sectores – desde energias renováveis, convencionais, energias nucleares e também o mercado de electricidade - tendo tido o prazer de colaborar com o Comissário Cardoso e Cunha quando do seu lançamento e depois o prazer maior de o ter encerrado como responsável por esse sector - era minha obrigação, no âmbito desse grupo de trabalho, ter levantado a perspectiva científica de uma forma desapaixonada, quantificada, e com carácter inovador, isto é, não limitada por aquilo que é considerado, hoje em dia, o politicamente correcto, no tema ainda muito sensível na opinião pública, da energia nuclear.

Devo dizer que estou absolutamente solidário com a decisão que foi tomada pelo Governo, quando analisou os dados técnicos do grupo de trabalho, e que decidi que não deveria considerar a opção nuclear por três razões essenciais:

- A primeira porque, neste momento, precisamos mais de motivos que nos unam do que nos desunam; esta é uma questão que fractura transversalmente toda a sociedade portuguesa; da esquerda à direita é uma questão ainda emotiva e estar a abrir mais essa ferida, que tem cerca de 20 anos de discussão até hoje, parece pouco adequado;

- A segunda, porque o grupo de trabalho tinha sensibilidades diferentes, e não escondo que no seu seio havia opiniões completamente opostas à minha, que achavam que era um tema que não devia ser abordado pelos riscos ligados à segurança e aos resíduos;

- E a terceira, porque o objectivo imediato do grupo de trabalho era o petróleo e não a electricidade. Isto é, apenas na perspectiva futura da economia do hidrogénio haverá uma ligação ao petróleo, uma vez que os transportes serão movidos cada vez mais a electricidade, substituindo-se directamente aos hidrocarbonetos.

Posso afirmar publicamente que fui autorizado pelo Senhor Primeiro-ministro a poder participar, dadas as minhas funções anteriores, num debate que se quer não dogmático, desapaixonado e objectivo numa questão que, mais tarde ou mais cedo, seremos obrigados a pôr na mesa.

E somos obrigados a pôr na mesa, sobretudo por duas razões: a primeira pela obrigatoriedade de aplicação dos mecanismos de Quioto, e a segunda, porque a economia ocidental escapou, de alguma maneira, ao primeiro e ao segundo choques petrolíferos, por ter exactamente apostado na utilização da energia nuclear.

Em 1986, as taxas de juro muito elevadas, a quebra do preço do petróleo a 10 dólares o barril, o acontecimento do pior acidente que é possível existir na utilização civil da energia nuclear, como foi o acidente nuclear de Chernobyl fizeram com que na altura tenha sido posta de lado num grande número de países, embora outros ainda hoje mantenham essa opção em exploração.

No início dessa década, filmes de ficção como “O Síndrome da China” causaram igualmente efeitos devastadores na opinião pública sobre a energia nuclear.

Suponho que é desejável que esse debate se possa fazer na sociedade civil, de uma forma como referi há pouco, desapaixonada, tendo sempre como critério fundamental, os interesses dos portugueses e de Portugal, em primeira linha. Esta é uma questão que não pode ser discutida ou debatida, puramente em termos técnicos, ou mesmo políticos. É uma opção fundamental da sociedade querer ou não aceitar, muitas vezes não só o risco mas a percepção que esse risco pode trazer.

Passada enfim esta referência, estou seguro que o ITN vai ter um futuro estimulante. Não posso prometer, neste momento, facilidades que não existem em termos das nossas dificuldades orçamentais. Hoje mesmo estão a ser debatidas no Parlamento as magras margens que o orçamento pode permitir. É evidente que para respeitarmos as nossas obrigações internacionais ligadas ao pacto de estabilidade, é necessário utilizar toda a forma de garrotes para limitar a despesa pública, e disso não temos de nos envergonhar. É um facto que estimula também,

por vezes, novas soluções que não existiriam num clima de maior facilidade, mas isso não é um futuro que nós desejamos para o ITN.

O futuro que nós desejamos para o ITN, é integrá-lo numa visão positiva como os outros Laboratórios do Estado e Laboratórios Associados, na posição mobilizadora que nós queremos que o Plano Nacional de Inovação possa trazer ao país. Eu discordo quando se diz que é preciso muito mais investimento público na inovação e ciência. Suponho que não é, porque o esforço público relativo à nossa economia em termos de ciência, é semelhante ao dos outros países da Europa e ao dos outros países do mundo mais avançados. Onde nós falhamos drasticamente é no esforço do sector privado, e é nossa obrigação, é obrigação do meio científico nacional, saber levar a mensagem ao sector privado e saber ajudá-lo a descobrir as possibilidades que em cada um dos sectores existem sempre, de poder melhorar os seus produtos, os seus processos e os seus planos de negócio.

Com isto concluo, desejando mais uma vez as maiores felicidades para o futuro do ITN, através das várias ideias que aqui foram lançadas, e que estão neste momento a ser trabalhadas, mas sobretudo com grande reconhecimento para aquelas gerações que por aqui passaram, desde a Junta de Energia Nuclear até ao presente ITN, que foram o escol científico do país e para aquelas do presente, que “aguentam a barca” em condições extremamente difíceis, mas que nos fazem orgulhar de estar aqui nesta sala.

Muito obrigado.